

ATA DA 328ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPCP
REALIZADA NOS DIAS 12 E 13 DE MARÇO DE 2007

Aos doze e treze dias do mês de março do ano de dois mil e sete, os membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária se reuniram na sala de reuniões do Ministério da Justiça, em Brasília/DF. Estiveram presentes o 1º vice-Presidente, Dr. Vetuval Martins Vasconcelos; o 2º vice-Presidente, Dr. Maurício Kuehne; os Conselheiros: Carlos Lélio Lauria Ferreira, Carlos Martins Antico, Carlos Weis, César Oliveira de Barros Leal, Eleonora de Souza Luna, Frederico Guilherme Guariglia, Geder Luiz Rocha Gomes, Herbert José Almeida Carneiro, Mario Julio Pereira da Silva e Pedro Sérgio dos Santos. Justificaram a ausência os Conselheiros Cassio Castellarin, Edison José Biondi, Laertes de Macedo Torrens e Luís Guilherme Martins Vieira. O 1º vice-Presidente Vetuval Martins Vasconcelos iniciou os trabalhos, informando que, por motivos excepcionais, o Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira não presidiria a reunião. Em seguida, submeteu-se ao crivo dos Conselheiros a da 327ª Reunião Ordinária, aprovada com as alterações propostas pelo Conselheiro César Oliveira de Barros Leal. Dando continuidade aos trabalhos, passou-se à fase das **Comunicações**. O 1º vice-Presidente Vetuval Martins Vasconcelos, em exercício, cedeu a palavra ao Conselheiro Frederico Guilherme Guariglia que registrou um agradecimento por dois livros recebidos, a saber: “Transpondo os Umbrais da Academia” da autoria do Conselheiro César Oliveira de Barros Leal e da Professora Noemi Elisa Aderaldo; e “Contos”, do Conselheiro César Oliveira de Barros Leal e outros. Da mesma forma, agradeceram ao Conselheiro César Oliveira de Barros Leal os Conselheiros Pedro Sérgio dos Santos e Carlos Weis, salientando o respeito e a admiração pelo Conselheiro. O 1º vice-Presidente Vetuval Martins Vasconcelos passou a palavra à Dra. Rosângela Peixoto, para a apresentação de uma síntese de sua dissertação de mestrado intitulada “Mães e Crianças atrás das grades: em questão o princípio da dignidade da pessoa humana”. Esta iniciou com um agradecimento ao Dr. Maurício Kuehne que, em 2005, impulsionou a realização do trabalho, assim como ao Dr. César Oliveira de Barros Leal que, desde 2002, a tem ajudado bastante (foi seu professor e orientador em curso de pós-graduação); e, finalmente, ao Dr. Vetuval Martins Vasconcelos e a todos os Conselheiros pela oportunidade de expor seu trabalho. Registrou que sua pesquisa teve início em 2004/2005, e pretendeu mostrar a realidade das mães presas, mais precisamente as ações institucionais voltadas ao encarceramento feminino e às “mães presas”. A Dra. Rosângela enfatizou a dignidade

36 da pessoa humana e abordou o direito e a diferença do encarceramento feminino,
37 utilizando como referências a Lei de Execução Penal, as Regras Mínimas do
38 Tratamento do Preso no Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Plano
39 Nacional de Saúde do Sistema Penitenciário. Como o foco da pesquisa é a questão
40 maternal, fez todo um levantamento, desde as Regras Mínimas do Tratamento do Preso
41 no Brasil até os instrumentos legais voltados à saúde da mulher presa. A metodologia
42 da pesquisa consistiu na aplicação, através do Ministério da Justiça, de questionários
43 para todas as unidades prisionais. Com isso, fez um estudo de caso nos Estados do Rio
44 Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro, tendo sido escolhidos por apresentarem
45 realidades complexas e diferentes. Sobre os dados da pesquisa, foi apontada a falta de
46 uma especificidade e de diretrizes normatizadoras acerca da realidade da mulher-mãe
47 presa. O que lhe chamou a atenção foi que, dos 79 questionários respondidos pelos
48 Estados, obteve-se um total de 9.600 mulheres presas, informação diferente da que
49 detinha na época o DEPEN/MJ, o qual exibia um número de 12.925 mulheres reclusas.
50 Assinale-se que conseguiu alcançar um dado de 75%, mostrando que 42 unidades são
51 exclusivamente para as mulheres e 37 possuem alas ou celas em seus complexos
52 masculinos. Percebeu, ainda, que 47% das unidades femininas são adaptadas. Os
53 dados mostram, também, que quatro Estados não possuem unidade exclusiva: Acre,
54 Maranhão, Rio Grande do Norte e Roraima. Nos demais Estados, a maioria das
55 mulheres fica em unidades mistas e em unidades exclusivas. Dados que o DEPEN/MJ
56 obtém, através do INFOPEN com dificuldade de levantamento, pois cada unidade
57 prisional informa que houve um aumento da população carcerária feminina do ano de
58 2001 a 2005, não havendo políticas públicas específicas. Em relação a atendimento
59 infantil e número de crianças, segundo a modalidade de atendimento de faixa etária, a
60 maioria está em idade de berçários no total de 289, sendo resposta de 37% em 37
61 unidades prisionais; do montante de 79, 59% das crianças ficam em celas. E, em
62 relação ao percentual da idade, variam de quatro meses a seis anos. O Estado que está
63 dentro da legislação é o Paraná que possui uma creche. No Rio Grande do Sul, na
64 Penitenciária Feminina Madre Pelletier, a criança pode ficar com a mãe até os três anos;
65 em São Paulo, no Centro de Atendimento à Mulher Presa, a criança pode ficar até os
66 quatro meses; e, no Rio, na Unidade Materno Infantil do Rio de Janeiro, a criança fica
67 um tempo maior do que em São Paulo. Falou sobre a separação da criança e da mãe,
68 que não há uma preparação emocional, acontecendo de uma forma brusca. Enfim,
69 terminou a apresentação falando da “Creche Amadeu Barros Leal”, em Fortaleza,
70 Ceará, fundada pelo Conselheiro César Oliveira de Barros Leal e agradeceu a

71 oportunidade. O 1º vice-Presidente Vetuval Martins Vasconcelos parabenizou a Dra.
72 Rosângela Peixoto por seu trabalho, ressaltando que realmente passam despercebidos
73 os problemas do dia a dia pelos gestores do sistema prisional. Transmitiu a palavra ao
74 Conselheiro Maurício Kuenhe que fez uma consideração sobre o trabalho da Dra
75 Rosângela Peixoto, pontuando que, recentemente, o Brasil foi alvo de mais uma
76 denúncia perante a Comissão Especial de Direitos Humanos da Corte Interamericana.
77 Disse que designou o Diretor de Políticas Penitenciárias do DEPEN/MJ, Dr. Ivo da
78 Motta, para representar o Departamento Penitenciário Nacional, prestando alguns
79 esclarecimentos a respeito do funcionamento das unidades prisionais femininas. Disse
80 que a pesquisa da Dra. Rosângela Peixoto revela tudo o que antecedeu à denúncia e
81 que a incentivou a fazê-la, pois a questão das unidades femininas do Brasil é
82 preocupante. As prisões, a bem dizer, estão se deteriorando a passos largos e, desde o
83 final de 2005, o foco nas penitenciárias femininas é uma constante. Falou que uma
84 unidade modelo fica no Estado do Paraná, pois possui creche e berçário, mantém uma
85 população adequada aos níveis exigidos e tem uma unidade própria para o regime
86 semi-aberto. Destacou, ainda, o Estado da Paraíba. Disse que, há alguns meses,
87 começou a negociar com todo o Sistema “S” e logrou pôr colocar em prática o primeiro
88 projeto junto a uma unidade no Espírito Santo, e, hoje, existe um termo de cooperação
89 entre o Ministério da Justiça e a Secretária Especial de Proteção aos Direitos da Mulher,
90 havendo-se formado uma Comissão com a Ministra Nilcéia, na qual o CNPCP será
91 consultado para a indicação de um membro, exatamente para uniformizar alguns dos
92 aspectos que foram apontados na dissertação da Dra. Rosângela Peixoto, como por
93 exemplo: o tempo de permanência da criança em berçário. Mais uma vez destacou que
94 o trabalho realizado pela Dra. Rosângela Peixoto enobrece e enriquece o sistema
95 prisional. O 1º vice-Presidente Vetuval Martins Vasconcelos passou a palavra ao
96 Conselheiro César Oliveira de Barros Leal que disse se sentir à vontade para se
97 manifestar, posto que a Dra. Rosângela Peixoto foi sua aluna na primeira turma do
98 curso de Pós-graduação que coordenou em Brasília/DF sobre Segurança Pública e
99 Política Criminal e Penitenciária, na Escola do Governo do Distrito Federal e, na época,
100 foi a única aluna que orientou, tendo recebido uma excelente nota. Falou, também, que
101 teve a chance de visitar muitas prisões e algumas creches bem equipadas, e outras em
102 que as crianças convivem com as mães nas próprias celas, crianças de idades distintas.
103 Foi exatamente isso que o estimulou a criar a Creche “Amadeu Barros Leal”, a qual é
104 um pouco diferente das creches citadas, pois não é uma creche institucional, sendo uma
105 associação civil sem fins lucrativos, em que se acolhem crianças até seis anos, muitas

106 das quais são filhas de presas, isto porque, em Fortaleza/CE, o presídio feminino só
107 recebe crianças em berçário até os seis meses. Renovou os parabéns à Dra. Rosângela
108 Peixoto e aproveitou o ensejo para sugerir que o Ministério da Justiça publique sua
109 dissertação com uma tiragem de pelo menos 1.000 exemplares, esclarecendo que, em
110 contatos anteriores colheu a informação de que ela se dispõe a renunciar os direitos
111 autorais. Neste momento, o Conselheiro Maurício Kuenhe pediu uma pausa para
112 lembrar da pesquisa feita pelo ILANUD apresentada ao CNPCP, que custou 700 mil
113 reais ao Ministério da Justiça, custou caro e este trabalho da Dra. Rosângela Peixoto
114 não custará absolutamente nada. O Conselheiro César Oliveira de Barros Leal pediu a
115 palavra novamente, para colocar em votação a sugestão da publicação da dissertação
116 da Dra. Rosângela Peixoto. Retornou a palavra ao 1º vice-Presidente Vetuval Martins
117 Vasconcelos que pôs em votação. Com a palavra, o Conselheiro Carlos Weis saudou a
118 Dra. Rosângela Peixoto e referiu a seriedade de seu trabalho, votando a favor da
119 publicação. Disse que trabalhos como esse devem ter o respaldo do CNPCP. Citou,
120 ainda, o grupo “Mulheres Encarceradas” que interagiu com o Conselho através de
121 propostas sobre o indulto, e discorreu sobre a realidade penitenciária feminina no
122 Estado de São Paulo, a qual é dramática, como é o caso da Penitenciária Feminina de
123 Sant’Ana. Lembrou que a mulher dentro do sistema penitenciário representa 6% e sofre
124 um abandono generalizado, por isso mesmo existindo a necessidade de se reconhecer
125 as diferenças e não reproduzir a desigualdade. Propôs a criação de uma Comissão para
126 elaborar as diretrizes básicas do encarceramento feminino. Comentou que enviou cópia
127 de ações propostas por um Defensor Público a respeito do pré-natal das presas
128 encarceradas em São Bernardo do Campo/SP. Sugeriu, ainda, a divulgação da
129 dissertação no site do CNPCP para estudos. Com a palavra, o Conselheiro Frederico
130 Guilherme Guariglia foi a favor da publicação da dissertação, sugerindo sua circulação
131 no Ministério da Educação e no Ministério da Saúde, insistindo que essa tese saia do
132 DEPEN/MJ. Com a palavra, o Conselheiro César Oliveira de Barros Leal, dirigindo-se ao
133 Conselheiro Carlos Weis, disse ser uma ótima idéia a criação da Comissão para
134 elaborar as diretrizes. Acrescentou que a Dra. Rosângela Peixoto, como funcionária do
135 DEPEN/MJ, está amparada na Lei do FUNPEN que promove pesquisas criminológicas.
136 Com a palavra, a Conselheira Eleonora de Souza Luna falou sobre a visita à
137 Penitenciária de Sant’Ana e aprovou a idéia do Conselheiro Carlos Weis, argumentando
138 que o Conselho deve se posicionar em relação à idade de permanência da criança para
139 sua formação de personalidade. Com a palavra, o Conselheiro Pedro Sérgio dos Santos
140 parabenizou a dissertação da funcionária e aduziu que a publicação, quando é feita pelo

141 serviço público, fica no serviço público; por isso pediu ao DEPEN/MJ que a faça com
142 uma empresa privada. O Conselheiro Maurício Kuehne pediu a palavra para explicar
143 que as editoras não têm, de um modo geral, interesse imediato em publicar pesquisas.
144 Citou obras como a da Dra. Julita Lemgruber. Com a palavra, o Conselheiro César
145 Oliveira de Barros Leal informou que sempre distribui a seus alunos as publicações do
146 CNPCP. Com a palavra, o Conselheiro Mario Julio Pereira da Silva disse que houve
147 entrosamento de ações na gestão Márcio Thomaz Bastos, Antônio Cláudio Mariz de
148 Oliveira e Maurício Kuehne e citou outros funcionários que se destacaram no
149 DEPEN/MJ como o Dr. Alexandre Cabana, o Dr. Cristiano Andrade, a Dra. Hebe
150 Teixeira Romano Pereira da Silva e a Dra. Rosângela Peixoto. Relatou a última
151 audiência pública em São Paulo/SP, na qual foi elaborado o indulto para mulheres
152 encarceradas. O Conselheiro Maurício Kuehne pediu a palavra, falando que isso foi
153 levado até Washington/USA. Com a palavra, o Conselheiro Geder Luiz da Rocha
154 Gomes ponderou que a publicação seja imediata. O Conselheiro Herbert José Almeida
155 Carneiro parabenizou o trabalho da Dra. Rosângela Peixoto e comentou os relatos das
156 pesquisas de campo, querendo saber das fontes de pesquisa e dos dados que foram
157 obtidos. A Dra. Rosângela Peixoto disse que os formulários foram enviados via gabinete
158 do Diretor do DEPEN/MJ para todos os Secretários de Justiça dos Estados, tendo sido
159 usado também dados do Infopen, juntamente com pesquisas de cada estado. Na
160 dissertação estão todos os detalhes de forma muito clara, agregou. O Conselheiro
161 Herbert José Almeida Carneiro falou da necessidade da Sociedade Civil e indagou se
162 houve coleta de dados da PAC. A Dra. Rosângela Peixoto disse que não, pois o foco
163 era o Estado. O Conselheiro Herbert José Almeida Carneiro encerrou concordando com
164 a publicação, mas ressaltou que, na exposição de motivos, fossem consignados estes
165 detalhes. O 1º vice-Presidente informou que a publicação da dissertação da Dra.
166 Rosângela Peixoto foi aprovada por unanimidade e pediu ao Conselheiro César Oliveira
167 de Barros Leal para redigir o documento respectivo. Quanto à Comissão para a
168 elaboração das diretrizes básicas para o encarceramento feminino, designou os
169 Conselheiros Carlos Weis, César Oliveira de Barros Leal, Eleonora de Souza Luna,
170 juntamente com a Dra. Rosângela Peixoto pelo DEPEN/MJ, para integrarem a
171 comissão. Em seguida, foi instaurado o processo MJ/CNPCP nº 08037.000030/2007-95.
172 Assunto: Resposta ao Memo. Nº 281/2007-DEPEN/GAB, referente à publicação da
173 dissertação de mestrado intitulada “Mãe e Crianças atrás das grades: em questão o
174 princípio da dignidade da pessoa humana”, com a manifestação do Conselheiro César
175 Oliveira de Barros Leal no sentido de ser encaminhado ao DEPEN/MJ, com a

176 aprovação do CNPCP para publicação da dissertação com ônus para aquele
177 Departamento. O Conselheiro César Oliveira de Barros Leal sugeriu a apresentação de
178 outras dissertações com o objetivo de trazer ao CNPCP dados significativos ao
179 conhecimento do sistema prisional e de novas políticas penitenciárias. O 1º vice-
180 Presidente Vetuval Martins Vasconcelos passou a palavra ao Conselheiro Maurício
181 Kuehne que pediu que a Comissão de Elaboração do Estatuto Padrão acelere os
182 trabalhos. Com a palavra, o Conselheiro César Oliveira de Barros Leal disse que foram
183 feitas várias sugestões e que a Dra. Kellyane Rodrigues Passos Moreno, Chefe de
184 Gabinete do DEPEN/MJ, ficou de encaminhar um texto básico para discussão. O
185 Conselheiro Carlos Weis, em relação à nova Comissão, pediu um prazo e o 1º vice-
186 Presidente Vetuval Martins Vasconcelos deu 90 dias. Aproveitou o ensejo e agradeceu a
187 presença da Dra. Rosângela Peixoto. Prosseguindo com as atividades, o 1º vice-
188 Presidente Vetuval Martins Vasconcelos passou à fase das **Proposições**. Falou sobre o
189 ofício encaminhado pelo Conselheiro Laertes de Macedo Torrens, no qual renuncia à
190 sua vaga, e disse que encaminhará ao Ministro da Justiça uma cópia. Com a palavra, o
191 Conselheiro Maurício Kuehne comunicou que a Ouvidoria do DEPEN/MJ fez a inspeção
192 em duas penitenciárias no Estado de São Paulo e foi instituído um concurso com a
193 .Associação Alfabetização Solidária - AlfaSol e o DEPEN/MJ, além da parceria com a
194 Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO e com
195 o Ministério da Educação, intitulado Concurso de Redações Escrevendo a
196 Liberdade/2007, com o objetivo de motivar a produção textual de internos dos
197 estabelecimentos penais. Esse concurso é dirigido a presos provisórios, condenados e
198 pessoas sob medida de segurança de todo o País. Em seguida, o Conselheiro Pedro
199 Sérgio dos Santos disse que o Dr. Miguel Ângelo Cançado, Presidente da OAB – Seção
200 de Goiás aguarda o CNPCP, em Goiânia/GO, para a realização da próxima reunião do
201 Conselho, incluindo o Circuito Universitário. Com a palavra, o Conselheiro Frederico
202 Guilherme Guariglia sugeriu convidar o Dr. Licínio Leal Barbosa, ex-Presidente do
203 CNPCP, para fazer uma breve exposição na reunião. O 1º vice-Presidente Vetuval
204 Martins Vasconcelos aprovou a sugestão e confirmou a reunião para os dias 16 e
205 17/04/07, em Goiânia/GO. O Conselheiro Pedro Sérgio dos Santos indagou sobre as
206 propostas existentes no Congresso sobre a redução da maioria penal, devendo-se
207 montar comissões para a elaboração de pareceres. O Conselheiro Frederico Guilherme
208 Guariglia teme a redução da maioria penal e disse que se trata de uma questão
209 sobre a qual se deve fazer uma reflexão profunda. O Conselheiro César Oliveira de
210 Barros Leal deixou claro que o Conselho já tem uma posição firmada sobre o assunto. O

211 Conselheiro Maurício Kuehne comentou sobre o Boletim da Câmara, no qual foi
212 publicado o mapa *mundi* da menoridade penal. O Conselheiro Carlos Weis disse que
213 este mapa tem equívocos e que também foi editado pela Folha de São Paulo. O
214 Conselheiro Herbert José Almeida Carneiro disse que as reformulações legislativas
215 graves não chegam ao Conselho. O Conselheiro Geder Luiz Rocha Gomes comunicou
216 que transferiu a reunião do CNPCP, a realizar-se em Salvador/BA, para outra data, a
217 fim de que possa ocorrer conjuntamente com o Congresso do Ministério Público da
218 Bahia. Propôs uma visita da Coordenação das Penas e Medidas Alternativas do
219 DEPEN/MJ ao Estado e sua participação no Circuito Universitário. O Conselheiro
220 Maurício Kuehne comunicou que o Ministro da Justiça estabeleceu uma Comissão da
221 CENAPA. O Conselheiro César Oliveira de Barros Leal falou sobre o Fórum Permanente
222 dos Direitos Humanos “Dr. Antônio Augusto Cançado Trindade”, que ocorrerá no dia 29
223 de março e propôs o nome do Conselheiro Herbert José Almeida Carneiro para proferir
224 uma conferência, representando o CNPCP, o que foi aceito por unanimidade. O Dr.
225 César Oliveira de Barros Leal pediu também para ser votada a apresentação do trabalho
226 da Dra. Jôsie Diógenes, de Fortaleza, sobre o tráfico de drogas para dentro dos
227 presídios por mulheres que as conduzem nas partes íntimas. Aprovou-se, também, por
228 unanimidade. O Conselheiro Pedro Sérgio dos Santos argumentou sobre o que poderia
229 ser feito em relação à liberação do trabalho do Conselheiro, em seu respectivo Estado, e
230 pediu que se providenciasse algum documento que possa ser entregue na faculdade
231 como fundamento para dispensa. O 1º vice-Presidente Vetuval Martins Vasconcelos
232 sugeriu a designação de Conselheiros para que se dispusessem a elaborar um Boletim
233 semanal do CNPCP. O Conselheiro César Oliveira de Barros Leal lembrou o antigo
234 *Faxpaper* preparado na gestão do Dr. Licínio Leal Barbosa. Na parte da tarde, a reunião
235 foi presidida pelo 2º vice-Presidente Maurício Kuehne que deu início à cerimônia de
236 entrega dos prêmios do X Concurso Nacional de Monografias do CNPCP com o tema:
237 “Uso de Drogas: Descriminalizar ou Não?”, Prêmio: Dr. Ruy da Costa Antunes,
238 representado, no ato, por seu neto, Dr Miguel Antunes. O Concurso Nacional de
239 Monografias do CNPCP é uma realização anual deste Colegiado e se destina a alunos
240 de graduação em cursos universitários na área de ciências humanas e exatas. Sua
241 primeira edição foi no ano de 1996, tendo como parceiros atuais o Departamento
242 Penitenciário Nacional, representado pelo Dr. Maurício Kuehne; a Livraria e Editora Del
243 Rey de Minas Gerais, na pessoa de seu Diretor-presidente, Dr. Arnaldo Oliveira; e
244 Revista Jurídica Consulex. Foram classificados em 5º lugar – menção honrosa - Ricardo
245 Luiz Barbosa de Sampaio Zagallo, aluno do Curso de Direito, 5º ano, da Universidade

246 Federal de Alagoas; em 4º lugar – menção honrosa - Marcos Sílvio de Santana, aluno
247 do Curso de Direito, da 4ª série, do Centro Universitário de Pato de Minas/MG; 3º lugar -
248 Juliano Napoleão Barros, aluno do Curso de Direito, do 9º período, da Universidade
249 Federal de Juiz de Fora/MG, que recebeu um cheque simbólico no valor de dois mil
250 reais, um certificado que consigna sua classificação no concurso; livros jurídicos foram
251 doados pela Editora Del Rey e um ano de assinatura da Revista Consulex. Em 2º lugar,
252 André Ribeiro Giamberardino, aluno do Curso de Direito, 5º ano da Universidade
253 Federal do Paraná, que recebeu um cheque simbólico no valor de três mil reais, um
254 certificado, livros jurídicos doados pela Editora Del Rey e um ano de assinatura da
255 Revista Consulex . Em 1º lugar - Cláudia Silva Scabin, aluna do Curso de Direito, 4º
256 ano, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, que recebeu um cheque
257 simbólico no valor de cinco mil reais e certificado, livros e revista como os outros
258 participantes. Na seqüência das atividades do Conselho, o 2º vice-Presidente Maurício
259 Kuehne passou a palavra ao Conselheiro Pedro Sérgio dos Santos que sugeriu o envio
260 de ofício aos reitores e diretores dos Cursos de Direito das universidades dos
261 classificados para conhecimento. Sugestão aprovada. O 2º vice-Presidente Maurício
262 Kuehne proferiu algumas palavras em referência ao Dr. Ruy da Costa Antunes e
263 agradeceu a presença de todos. O 2º vice-Presidente Maurício Kuehne sugeriu, para o
264 próximo concurso, a mudança nos valores da premiação, com o objetivo de motivar os
265 candidatos para o envio de trabalhos em maior número e melhor qualidade. O
266 Conselheiro Frederico Guilherme Guariglia comentou sua preocupação relativamente à
267 diminuição do número de trabalhos apresentados no último concurso, solicitando uma
268 maior divulgação. O 2º vice-Presidente Maurício Kuehne pôs em votação os valores dos
269 prêmios do próximo concurso de monografias. Definiu-se em R\$ 10.000 (dez mil reais)
270 para o 1º lugar; R\$ 5.000 (cinco mil reais) para o 2º lugar e R\$ 3.000,00 (três mil reais)
271 para o 3º lugar. Após várias discussões, estabeleceu-se o tema do XI Concurso
272 Nacional de Monografias, edição de 2007, em “Penas mais rígidas: resolvem?”,
273 homenageando o Prof. Dr. Aníbal Bruno. Na seqüência das atividades, passou-se à
274 apreciação dos processos distribuídos: **1)** Processo MJ/CNPCP nº 08037.000030/2007-
275 95. Assunto: Resposta ao Memo Nº 281/2007-DEPEN/GAB, referente à publicação da
276 dissertação de mestrado, intitulada “Mãe e Crianças atrás das grades: em questão o
277 princípio da dignidade da pessoa humana”. Despacho exarado pelo Conselheiro César
278 Oliveira de Barros Leal: pelo envio dos autos ao DEPEN/MJ para que sejam adotadas
279 as providências necessárias à publicação da dissertação, com ônus àquele
280 departamento. Aprovado, à unanimidade. **2)** Processo CNPCP/MJ nº

281 08037.000163/2006-81. Assunto: Ofício nº 207/06PJEP, encaminha manifestação do
282 Promotor da Justiça 21ª PJ Criminal da Capital de Pernambuco. Parecer da Conselheira
283 Eleonora de Souza Luna: pelo envio ao DEPEN/MJ para cumprir diligência requerida.
284 Aprovado, à unanimidade. **3)** Processo MJ/GM nº 08001.006124/2006-02. Assunto: PLS
285 nº 260/2006, do Senador VALDIR RAUPP. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 07/12/1940
286 (Código Penal), para criminalizar o fornecimento de aparelho telefônico, de rádio ou
287 similar a preso, que permita a comunicação com outros presos ou com ambiente
288 externo. Parecer do Conselheiro Geder Luiz Rocha Gomes: pela rejeição do PL.
289 Aprovado, à unanimidade. **4)** Processo CNPCP/MJ nº 08037.000135/2006-63. Ofício nº
290 282/2006/CONADE/SEDH/PR, de 20/10/2006. Solicita que sejam adotadas as medidas
291 necessárias para alteração nos Códigos Penal e de Processo Penal referentes às
292 pessoas com deficiência. Convertido em diligência para que um dos Conselheiros com
293 formação em área médica possa orientar as solicitações do Conselheiro relator e em
294 seguida ser devolvido para exarar parecer concernente à matéria. Aprovado, à
295 unanimidade. **5)** Processo MJ/CNPCP nº 08037.000038/2006-71. Ofício nº 05, de
296 13/03/2005. Relatório de Atividades do Conselho Penitenciário do Estado de Alagoas,
297 referente ao exercício de 2005. Parecer do Conselheiro Laertes de Macedo Torrens:
298 pelo arquivamento dos autos na Secretaria do CNPCP para subsidiar futuras visitas de
299 inspeção. Aprovado, à unanimidade. **6)** Processo MJ/GM nº 08001.002755/2006-44.
300 Assunto: PL nº 137/2006, do Senador RODOLPHO TOURINHO. Determina que as
301 empresas operadoras do Serviço Móvel Pessoal instalem bloqueadores de sinais de
302 radiocomunicações nas penitenciárias estaduais e federais, e dá outras providências.
303 Parecer do Conselheiro Laertes de Macedo Torrens: pela aprovação do PL. Aprovado, à
304 unanimidade. **7)** Processo MJ/SAL nº 08001.001184/2007-10. Assunto: Memo. nº
305 138/2007, de 28/02/2007. O encaminhamento da cópia do ofício 1ª sex/ri/e nº 20, de
306 15/01/2007, acompanhada da indicação nº 9.925, de 2006, de autoria da Comissão
307 Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as organizações criminosas do tráfico de
308 armas, solicitando, ainda, que seja prestada informações à Casa Civil. Despacho
309 exarado Conselheiro. Vetuval Martins Vasconcelos: pela manifestação do DEPEN/MJ,
310 em 15 dias a contar de 13/03/2007, para que o Conselho possa manifestar-se sobre a
311 matéria. No dia seguinte, o 2º vice-Presidente retomou os trabalhos, saudando o Dr.
312 Paulo Tonet Camargo que compôs a mesa. O Dr. Paulo Tonet Camargo, Diretor da
313 Sucursal da RBS em Brasília/DF, cumprimentou a todos e falou da emoção de estar em
314 uma reunião do CNPCP, após 10 anos, quando foi Presidente do Conselho e Diretor do
315 DEPEN/MJ. Disse que tem acompanhado, pela imprensa, a evolução e o crescimento

316 tanto do CNPCP como do DEPEN/MJ e tem a honra de haver contribuído, um pouco
317 que seja, durante um pequeno espaço de tempo, para o aprimoramento da política
318 criminal e penitenciária do País. Falou que estava na reunião para trocar idéias sobre os
319 meios de comunicação e suas formas de noticiarem os acontecimentos que envolvem o
320 sistema penitenciário e o Judiciário. Disse que os jornalistas têm uma grande parcela de
321 responsabilidade para melhorar o País, na questão da violência. Comentou a reunião
322 que ocorreu em São Paulo, no ano passado, na qual estiveram todos os principais
323 veículos de comunicação do País e as entidades do setor de comunicações, para
324 discutirem “A violência do País”. Falou que os meios de comunicação cometem muitos
325 erros, pois é um setor feito de seres humanos, assim como qualquer outro, mas que os
326 erros se tornam mais gritantes porquanto são públicos, pois vêm a ser da percepção dos
327 leitores, dos ouvintes e dos internautas. Afirmou que os erros são muito inferiores aos
328 acertos, contando a história da comunicação no Brasil; falando um pouco da mídia
329 impressa, que é a mais antiga evidentemente, pode-se dizer que os erros e equívocos
330 são as exceções. Referiu-se a uma exceção emblemática, um caso terrível, uma
331 injustiça contra a mídia, acusada de crucificar dois empresários proprietários da Escola
332 Base de São Paulo. Perguntou se a mídia inventou esse assunto, ou, simplesmente,
333 abriu seus microfones para o delegado, para o promotor e para as pessoas que estavam
334 investigando, as quais contaram sua versão. Por ser um assunto sério que envolveu a
335 moléstia de crianças, certamente tem um apelo muito grande perante a população. Fez
336 uma reflexão e disse que a mídia sacrificou, não tem dúvida, mas perguntou se naquele
337 momento em que o delegado e o promotor responsáveis pelo caso chamaram a
338 imprensa para uma entrevista coletiva, a mídia diria não, não será noticiado. Ou pior do
339 que isso, noticiasse que “em uma escola de São Paulo há um caso de crianças
340 molestadas”, isso causaria um verdadeiro pandemônio em todas as escolas. Trouxe
341 esse exemplo para ilustrar a dificuldade: nas editorias, todos os dias, resta a questão de
342 como abordar certo assunto como o seqüestro. Existem meios de comunicação que, por
343 seus códigos de ética, não noticiam seqüestros; outros sim, como por exemplo a Rede
344 Globo de Televisão, que entende que, noticiando, presta um serviço para a sociedade.
345 Disse que essa é a opinião de quem já passou pelos dois lados, que a maior dificuldade
346 é o desconhecimento por parte dos jornalistas do tema sobre o qual tratam. Afirmou que
347 eles são generalistas. Antigamente eram setoristas, mas essa figura, hoje praticamente
348 inexistente, salvo em Brasília/DF, onde estão, por exemplo, os setoristas do Congresso,
349 Nacional, do Palácio do Planalto. O jornalista que cobre eventualmente a chegada do
350 Presidente dos Estados Unidos em São Paulo/SP, cobre por igual uma rebelião nas

351 penitenciárias da mesma cidade. Então, o primeiro desafio é tentar que os jornalistas
352 sejam melhor informados. Citou o mercado financeiro, como exemplo, em que os
353 jornalistas das páginas de economia não sabem cobrir o mercado futuro, cometendo
354 erros crassos na cobertura das bolsas de valores. Assim, a Bolsa Mercantil de São
355 Paulo instituiu um M.B.A. com a Universidade de São Paulo, no qual cinqüenta
356 jornalistas de todo o País participam para obterem um maior conhecimento do tema
357 sobre o qual estão trabalhando, fazendo, assim, uma melhor cobertura da matéria.
358 Sugeriu que o Conselho, como formulador de política criminal e penitenciária, possa
359 instituir um curso, ligado às universidades, para instruir os jornalistas sobre como tratar
360 questões da área penitenciária, as quais estão cada vez mais graves e diversificadas.
361 Como, por exemplo, o deslocamento do Fernadinho Beira Mar, da Penitenciária Federal
362 do Paraná para seu depoimento. A imprensa falou sobre o custo extraordinário desse
363 deslocamento, pois é objetivo e palpável, mas ninguém questionou os problemas e
364 transtornos que uma movimentação dessas, na cidade do Rio de Janeiro, pode causar.
365 Disse duvidar que os principais jornais do País, os formadores de opiniões dentro das
366 redações conheçam o Sistema Penitenciário Brasileiro. Falou isso porque conheceu o
367 sistema de 10 anos atrás. Hoje, a realidade é outra. Os jornalistas não sentem a
368 adrenalina de enfrentar uma rebelião dentro do estabelecimento prisional. Considerou
369 que o ideal é que haja um compromisso com o público, com a democracia e com a ética.
370 Disse que o compromisso com o público é no sentido de direcionar o trabalho para ele,
371 não sonegar fatos, pois caso não esteja satisfeito com aquilo que venha a assistir, muda
372 o canal da televisão ou lê outro jornal. Disse que a mídia pode influenciar a opinião
373 pública, mas há muito tempo os meios de comunicação não conduzem mais o público.
374 Falou que participou de um seminário na Câmara dos Deputados Federais, em que um
375 dos temas foi a cobertura da mídia nas últimas eleições. A crítica foi grande, dois
376 Deputados afirmaram que a mídia massacrou o Presidente Luís Inácio Lula da Silva na
377 campanha. A prova de que a mídia não conduz o eleitor é que o Presidente Lula, no
378 segundo turno, conseguiu a vitória eleitoral mais consagrada de que se tem notícia no
379 País. Disse que se o setor penitenciário e o setor de comunicação social tiverem
380 consciência de que o importante é terem o mesmo objetivo sério, só haverá resultados
381 positivos. Terminada a palestra do Dr. Paulo Tonet Camargo, o 2º vice-Presidente
382 Maurício Kuehne agradeceu sua presença e suas observações que esclareceram ao
383 CNPCP dados importantes. Saliou, também, sua perplexidade a respeito da
384 transferência do Fernandinho Beira Mar, relatando que integrou a comitiva do Ministro
385 da Justiça à viagem do Espírito Santo, justamente no dia efetivado para a transferência.

386 Informou, assim, ao Senhor Ministro da Justiça, que nessa data Fernandinho Beira Mar
387 seria transferido de Catanduvas/PR para o Rio de Janeiro/RJ, não tendo mais nenhuma
388 informação sobre o assunto para transmitir, pois todas as tratativas da remoção foram
389 mantidas em absoluto sigilo. No dia seguinte, soube, através de telefonemas, que no
390 itinerário da transferência estava Vitória/ES, cidade esta que homenageou o Ministro da
391 Justiça. Comentou que o pior é que, desde o momento de sua saída de Catanduvas/PR
392 até Vitória/ES, a imprensa estava em cima, sabendo de todo o itinerário do Fernandinho
393 Beira Mar, criando um verdadeiro estardalhaço, calculando todos os custos dessa
394 movimentação, citando como fonte dessas informações o DEPEN/MJ, sendo que, em
395 nenhum momento, isso saiu do âmbito do Ministério da Justiça. Neste aspecto, em
396 particular, a imprensa tumultuou a situação, criando um clima constrangedor no Espírito
397 Santo e colocando o Rio de Janeiro em um clima de pavor. O Dr. Paulo Tonet Camargo
398 pediu a palavra e acrescentou que é impressionante a capacidade dos jornalistas de
399 investigar e descobrir coisas, e que, evidentemente, qualquer deslocamento do
400 Fernandinho Beira Mar, por menor que seja, é notícia. Nesse caso, se as autoridades do
401 Ministério da Justiça não prestarem as informações, a imprensa buscará os dados em
402 outras fontes, que nem sempre são as melhores. Disse que hoje o DEPEN/MJ precisa
403 ter um setor de imprensa para fazer esta interlocução e filtrar as informações, deixando
404 claro que algumas informações o DEPEN/MJ pode prestar, outras não. Com a palavra, o
405 Conselheiro Herbert José Almeida Carneiro falou que o Poder Judiciário do Estado de
406 Minas Gerais tem promovido, dentro deste pensamento, um seminário anual, intitulado
407 *O Judiciário e a Mídia*. Disse que teve a oportunidade de participar de alguns, na época
408 como Diretor de Juizado Especial. Um deles tratou das Penas Alternativas e nele se
409 esclareceu a imprensa sobre o assunto, e, mais recentemente, participou, como Juiz da
410 Vara de Execuções, de um seminário sobre o Sistema Penitenciário como um todo.
411 Com esse comentário, quis dizer que hoje, como Diretor de Comunicação Social, tem
412 uma relação estreita com a imprensa, mas que se ressentia da falta de boa vontade dos
413 colegas do Poder Judiciário. Sempre que pode, faz ver aos colegas do Estado que,
414 enquanto não tiverem a mídia permanentemente a seu lado, orientando-os e trocando
415 experiências, não se terá uma justiça da forma que se busca praticar. O Dr. Paulo Tonet
416 Camargo, referindo-se ao ponto abordado pelo Conselheiro Herbert José Almeida
417 Carneiro, acrescentou que a má vontade é recíproca. As pessoas têm má vontade em
418 relação ao que não conhecem; assim é o caso dos jornalistas, que não dominam a
419 linguagem do Judiciário como um todo, não conhecem os ritos, não sabem as formas de
420 tratamento e nem conhecem os propósitos. É compreensível que aquilo que muitas

421 vezes é importante no ponto de vista do Judiciário, não é notícia, faltando a
422 compreensão do jornalista para avaliar sua importância. A partir do momento em que
423 houver um entrosamento, uma percepção de que o caminho é o mesmo, disse que
424 esses problemas tendem a melhorar. Com a palavra, o Conselheiro Pedro Sérgio dos
425 Santos cumprimentou e agradeceu a presença do Dr. Paulo Tonet Camargo e propôs a
426 realização de uma audiência pública do CNPCP com a imprensa, as rádios, as redes de
427 televisão e os jornais. Lembrou o projeto de lei que visa a proibir a imprensa de noticiar
428 crimes de seqüestro quando não autorizado pela família da vítima e pela polícia. Isso
429 porque, em alguns casos, a notícia do seqüestro prejudica as investigações, levando,
430 muitas vezes, à morte da vítima. Como o caso da morte do policial que estava
431 cumprindo seu dever, no momento em que estava entrando na casa da vítima, o
432 jornalista transmitiu, ao vivo, o fato; o seqüestrador, acompanhando pela televisão,
433 atirou no policial. Disse que coisas dessa natureza podem ser evitadas. Continuou
434 falando que, no Conselho, na época, houve uma grande discussão sobre a
435 inconstitucionalidade do projeto de lei, pois de um lado a imprensa tem o direito de
436 informar e publicar a notícia e por outro se referiu ao direito à vida do cidadão que é
437 mais importante do que o direito da notícia. Por fim, o Conselho entendeu que prevalece
438 o direito a vida e nesse sentido o parecer foi aprovado. O Dr. Paulo Tonet Camargo
439 retomou a palavra e disse que se podem fazer encontros e seminários, mas é preciso
440 passar as informações para quem as constrói, o editor, o jornalista, o editor de opinião,
441 pois não acredita na construção na mídia de cima para baixo. O 2º vice-Presidente
442 Maurício Kuehne pediu a palavra para passar uma informação sobre o mapa *mundi* da
443 Maioridade Penal, divulgado pela imprensa e que se encontra no Congresso Nacional,
444 onde aparecem países com responsabilidade penal a partir de sete a dez anos. Fez ver
445 que foi confundida a responsabilidade juvenil em termos de aplicação de medidas sócio-
446 educativas com a responsabilidade penal. Nessa comparação das idades penais, na
447 Alemanha, por ej., a responsabilidade penal juvenil é 14 anos, mas a penal é 18. No
448 mapa *mundi* em comento consta que na Alemanha 14 anos é a idade da maioridade
449 penal. O Conselheiro Carlos Weis cumprimentou o Dr. Paulo Tonet Camargo, elogiando
450 sua proposta, assinalando ser relevante a vinda de especialistas ao Conselho,
451 sugerindo propostas de atuação pois isso realmente contribui para o exame mais detido
452 problema e seu enfrentamento. Fez um comentário sobre as emissoras que ainda têm
453 setoristas, demonstrando que, ao serem lidas as matérias dessas pessoas, os erros são
454 muito menores; mais do que isso, elas são muito bem informados e buscam fontes em
455 outros lugares para fazer o contraponto. Disse que todos, no Conselho, sofrem com a

456 falta de contraponto. Como está no ponto mais fraco, o Conselho encontra-se em uma
457 posição incômoda. A imprensa é muito rápida, seja na matéria veiculada na televisão,
458 que não tem o “erramos” no dia seguinte ou em alguns jornais que têm o “erramos” em
459 uma parte pequena do jornal e outros nem isso têm. Então, o erro se dá na falta do
460 contraponto. Falou, ainda, não concordar que a cúpula dos jornais não participe da
461 pauta da redação. Com a palavra, o Conselheiro César Oliveira de Barros Leal
462 comentou que em Fortaleza, anualmente, ministra aulas no Curso de Pós-graduação em
463 Processo Penal, na Universidade de Fortaleza, que percebe, no término das aulas, que
464 as idéias e opiniões via de regra mudam consideravelmente. O Dr. Tonet Camargo falou
465 que a grande verdade é que os agentes da lei e da ordem estão sempre prontos a falar,
466 mas os outros não, sendo perceptível nas redações a dificuldade de conversar.
467 Comentou que já deu várias palestras para empresários e, sempre lhe interrogaram
468 sobre o porquê de os presos não trabalharem. Respondia que perguntava para os
469 empresários: você tem uma fábrica? E quantos presos trabalham nela? Normalmente,
470 respondiam: nenhum. Então, indagava se podia colocar 50, em seu estabelecimento,
471 imediatamente, o empresário muda de assunto. Disse que o Estado não gera empregos,
472 são os empresários que têm de empregá-los, mas esses, ao pensarem no assunto,
473 jogam o problema para o Estado. Com a palavra, o Conselheiro Geder Luiz Rocha
474 Gomes disse que não se tem como divulgar qualquer coisa sem que a mídia, falada ou
475 escrita, não tome conhecimento, sendo necessária a união da mídia com o Poder
476 Judiciário e outros, salientando-se que a informação é a arma do terceiro milênio. O 2º
477 vice-Presidente agradeceu, novamente, a presença do Dr. Paulo Tonet Camargo,
478 lamentando o término do debate. Disse que sua presença no Conselho é motivo de
479 muita honra e orgulho. Continuando a reunião, o 2º vice-Presidente Maurício Kuehne
480 disse que, no âmbito do Brasil, sem querer afirmar, Spacecom é a primeira empresa
481 eminentemente nacional que lida com monitoramento eletrônico. Disse que teve a
482 oportunidade de assistir à exposição da empresa em Curitiba/PR e que o Conselho
483 entendeu, por bem, ouvi-los. A apresentação começou com o representante da
484 Spacecom falando que o Sistema de Monitoramento Eletrônico tem aparecido muito na
485 mídia, e já é utilizado fora do Brasil. A empresa Spacecom é brasileira, 100% de capital
486 nacional e está há dois anos desenvolvendo o produto no Brasil. Disse que,
487 inicialmente, tentaram trazer a tecnologia dos Estados Unidos. Esse serviço de
488 monitoramento teve início em 1987, apenas com a parte de rádio e telefonista sem a
489 localização gráfica do indivíduo. Quando uma pessoa, usando uma tornozeleira, se
490 aproximava de sua residência, um dispositivo emitia um sinal elétrico, avisando sua

491 chegada. O mesmo ocorria no seu afastamento, e essa operação oferecia um horário
492 pré-programado. Em 1997, com o advento do GPS que é o Sistema de Localização
493 Global via satélite, liberado em todo o mundo, começou-se a adotar a parte de
494 monitoramento eletrônico de pessoas no sistema penitenciário com GPS. A partir de
495 2005, a Spacecom desenvolveu esse produto em um laboratório no Estado do Paraná,
496 de um Instituto sem fins lucrativos de desenvolvimento para a tecnologia. A Spacecom
497 contratou-o para fazer a especificação de acordo com sua solicitação para a produção
498 do equipamento. Esse equipamento permite acompanhar o horário do sentenciado,
499 desde o momento da saída de sua de casa até os locais por onde passa. O
500 estabelecimento determina as áreas de inclusão e obriga o usuário a não danificar o
501 equipamento que fica em seu tornozelo de forma muito discreta. Uma vez colocado, a
502 pessoa não consegue mais retirá-lo. Outra parte do equipamento é uma unidade portátil
503 de rastreamento, que pode ser posta em uma caixa como a de um aparelho celular,
504 pendurado no cinto ou no próprio bolso do casaco. Portanto, pode-se definir algumas
505 áreas de acordo com a sentença estabelecida para o cumprimento da pena. O foco da
506 empresa, na realidade, não é, apenas, o monitoramento, mas, também, permitir outras
507 alternativas na área de segurança. O produto vem sendo estudado há três anos e
508 desenvolvido há dois anos. Estiveram em vários países para análise, como os Estados
509 Unidos, Canadá e nos países da Europa. A Suécia emprega esse sistema há bastante
510 tempo. Inclusive hoje, quando a sentença é de três a seis meses, o Juiz oferece, de
511 imediato, a utilização do equipamento ao invés de encarcerá-lo. Demonstrou os
512 aparelhos a cada Conselheiro e explicou o porquê de dois equipamentos. Primeiro, para
513 que a pessoa, em seu local de trabalho ou residência, coloque a caixa próxima à janela,
514 pois o GPS não pode penetrar na estrutura, podendo se locomover a uma distância de
515 30 a 40 metros com a tornozeleira. Toda vez que a pessoa for além disso, toca um
516 ponto de alarme, registrando-se no *site* o responsável pelo monitoramento
517 imediatamente registra a violação na central. O sistema é muito eficaz para o
518 acompanhamento e estabelecimento de regras referentes a horários e locais. Ademais,
519 é totalmente seguro, tem acesso via Interface Web, ou seja, o órgão que faz a
520 monitoração, através da própria Internet com um *site* seguro. Os usuários e os
521 monitores são cadastrados previamente e o serviço é feito em todo o Brasil. O sistema é
522 todo na língua portuguesa e não existe outro, no mundo, que cubra necessidades que
523 esse oferece. Outro item importante é que a sua customização é de acordo com a
524 necessidade do DEPEN/MJ. Já visitaram algumas Secretárias de Estado para saber
525 quais são os procedimentos e qual é a real necessidade, de conformidade com as

526 normas brasileiras, atendendo à ANATEL e à ABNT. As informações são mantidas no
527 Brasil e a manutenção é feita por equipes compostas por brasileiros. O sistema tem
528 transmissão via celular redundante; dentro das caixinhas; há dois chips de celular, pois,
529 perdendo o sinal de uma operadora, automaticamente passa-se para outra, e toda a
530 informação transmitida à tornozeleira é codificada de maneira a evitar que alguém, com
531 poder aquisitivo, quebre a segurança do sistema. Utiliza-se o que há de mais moderno
532 em criptografia, tudo feito a um custo ajustável a realidade nacional. Foi comparado o
533 custo de cada sentenciado nos estados, dando uma média de 1.000,00 reais ao mês. O
534 custo mensal para cinco mil detentos, hoje, custa cinco milhões de reais, portanto um
535 custo anual de sessenta milhões de reais. Utilizando o sistema de monitoramento, o
536 custo fica em torno de 35 milhões e 100 mil reais, por tanto dará uma economia ao
537 Estado de 24 milhões e novecentos. Então, somando os impostos e mais a economia,
538 ter-se-á uma economia da ordem total de 34.271,00, o que representa 57% menos do
539 que o custo de um apenado no estabelecimento prisional. Fazendo o proporcional a
540 10.000 monitorados, fica 38% do custo para se acompanhar a pessoa de regime semi-
541 aberto. Explicou, ainda, que acabando a bateria do aparelho, o sistema é avisado; o
542 supervisor solicita a presença do monitorado para a troca de bateria. Mesmo sem
543 energia a caixa registra informações até 48 horas. O 2º vice-Presidente Maurício
544 Kuehne agradeceu a presença do representante da Spacecom. Encerrou os trabalhos,
545 agradecendo a presença de todos. Para constar, lavrou-se a presente ata, redigida por
546 mim, Jussara Isaac Ribeiro.

547

548

549

VETUVAL MARTINS VASCONCELOS

550

1º Vice-Presidente do CNPCP

551

552

Publicada no DOU do dia 30/04/07, Seção 1 – p. 375.